



EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

Anderson Marinho de Souza¹

Ana Paula Lemes de Souza²

RESUMO

Este trabalho aborda a qualificação profissional dos docentes da educação infantil, uma questão necessária na atualidade, visto que esses professores devem ter uma formação acadêmica de qualidade, para que alcancem resultados positivos. Diante de tais afirmativas, pretende-se responder à seguinte questão norteadora: qual é a importância da qualificação adequada dos docentes da educação infantil? Assim, o objetivo deste estudo é mostrar que, para atender às necessidades dos alunos, é fundamental a qualificação apropriada dos docentes. Esse propósito será atingido mediante a realização de uma revisão bibliográfica em documentos impressos, como livros e materiais de pesquisa *online* de cunho acadêmico-científico. A pesquisa demonstrou que, para atuar acertadamente nas salas de aula, os profissionais precisam entender o cotidiano do ambiente escolar e a questão sociocultural dos alunos, além de outras tantas relações e debates coletivos que precisam de explicitação para que a docência seja compreendida na sua integralidade. Apenas desse modo, será garantida uma educação infantil de qualidade e com resultados mensuráveis.

Palavras-chave: Professores. Educação Infantil. Qualificação Profissional.

ABSTRACT

This work addresses the professional qualification of teachers of early childhood education, a necessary issue nowadays, since these teachers must have a quality academic education in order to achieve positive results. In the face of such statements, it is intended to answer the following guiding question: what is the importance of adequate qualification of teachers in early childhood education?

¹ Pós-graduado em Educação Inclusiva e Especial, com ênfase em Autismo e Deficiência Intelectual (ISEAT). Pós-graduado em Educação Especial, com ênfase em Comunicação Alternativa e Tecnologia Assistiva (ISEAT). Pós-graduado em Gestão Educacional integrada (ISEAT). Pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva (ISEAT). Licenciatura Plena em Educação Especial (PROMINAS). Licenciatura Plena em Normal Superior (FAEL). Pós-graduando em Gestão de Organizações pelo Centro Universitário do Sul de Minas (Unis). E-mail: andersonmarinhosouza@bol.com.br.

² Mestra em Direito (FDSM). Pós-graduada em Filosofia do Direito (FUNPAC). Pós-graduada em Direito Público (UCAM). Bacharela em Direito (FADIVA). Professora do Centro Universitário do Sul de Minas (Unis). E-mail: ana.souza@professor.unis.edu.br.



Thus, the objective of this study is to show that, in order to reach the needs of students, the appropriate qualification of teachers is essential. This purpose will be achieved by conducting a bibliographic review of printed documents, such as books, and online research materials of an academic-scientific nature. The research has shown that, in order to act correctly in classrooms, professionals need to understand the everyday of the school atmosphere and the sociocultural issue of students, in addition to so many other relationships and collective debates that need clarification so that teaching is fully understood. Just this way will a quality early childhood education with measurable results be guaranteed.

Keywords: Teachers. Early Childhood Education. Professional Qualification.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões sobre a formação dos profissionais da educação infantil são pertinentes atualmente. Estamos numa época em que observamos diversas particularidades no desenvolvimento infantil e nas características socioculturais dos alunos, além de outras questões. Para que o profissional entenda cada particularidade, é preciso que todas elas sejam tratadas no seu processo de formação acadêmica.

Discussões a respeito da formação dos profissionais da educação infantil têm sido propostas no Brasil desde a década de 1980, pois as decisões tomadas no cotidiano das salas de aula, no que se refere à forma de conceber os processos de alfabetização e letramento, são muito importantes na educação infantil. Existem muitos motivos para se repensar sobre os aspectos relacionados à infância, à formação dos profissionais e aos processos de trabalho com as crianças.

Este trabalho aborda, de maneira mais assertiva, a importância da formação profissional na educação infantil. Um grande problema a ser enfrentado nessa área é a falta de investimentos em qualificação profissional e materiais didáticos adequados para atender as exigências das crianças de modo satisfatório. Diante desse cenário, pretende-se responder à seguinte questão: qual é a importância da qualificação profissional adequada dos docentes da educação infantil? Como hipótese da pesquisa, entende-se que, para que as crianças da educação infantil sejam atendidas de maneira adequada, os profissionais precisam estar devidamente capacitados para acompanhar as necessidades e o desenvolvimento dos seus alunos. Para tanto, é primordial que estejam profissionalmente qualificados.

Tal abordagem se justifica pelo fato de que, na atualidade, os professores da educação infantil precisam saber como desenvolver as suas atividades para alcançarem uma educação infantil de qualidade e com



resultados positivos. Outro ponto que merece melhor desenvolvimento nesse estudo é conceber as instituições de educação infantil como espaços onde ocorre o processo educativo, pelo qual os homens se apropriam do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade, pelas relações que estabelecem entre si. Assim, os professores da educação infantil desempenham a função educativa e precisam ter uma boa formação profissional para trabalhar com essas crianças.

É importante salientar, também, a contribuição do trabalho para a comunidade, que poderá contar com profissionais devidamente qualificados para atuar na educação infantil e, assim, contribuir com a formação inicial de cidadãos conscientes do seu papel social. Para o público acadêmico que atua na educação infantil, este estudo apresenta o panorama da importância da formação profissional na educação infantil e como deve ser bem fundamentada essa formação, abordando as mudanças efetivas que devem ser instituídas na prática pedagógica e na atenção educacional aos alunos da educação infantil.

Nesse sentido, ressaltamos que o objetivo desta pesquisa é mostrar a importância da qualificação do profissional dos docentes da educação infantil para atender às necessidades dos alunos. Como objetivos específicos, pretende-se esclarecer as particularidades encontradas na educação infantil, descrever a mudança efetiva na prática da atenção educacional aos alunos dessa etapa de ensino e destacar a importância da qualidade da formação dos professores para o bom rendimento escolar e a melhoria da qualidade de vida dos discentes.

Esses propósitos foram desenhados pela realização de uma revisão bibliográfica em materiais impressos, como livros e materiais disponibilizados *online* de cunho acadêmico-científico, durante o período de fevereiro a junho de 2020, pelas seguintes palavras-chave: educação infantil, qualificação profissional, docentes, professores, rendimento escolar, atenção escolar, utilizadas de forma isolada ou com a combinação das mesmas.

Assim, dentre os aspectos abordados neste estudo estão: a educação infantil, as particularidades dessa fase escolar e a importância da formação profissional para atender às necessidades dos alunos. No que se refere à organização do estudo, tem-se a introdução, o referencial teórico, os resultados e discussões, a conclusão e, por fim, as referências bibliográficas.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL



É relevante a necessidade de se pensar e de colocar em prática formas de trabalho fundamentadas na qualificação dos profissionais que irão atuar no ambiente escolar com as crianças. Dessa forma, são necessários investimentos em políticas de formação específica para os profissionais da Educação Infantil, com explicitação clara das suas atribuições com as crianças, particularmente em relação àquelas de pouca idade e em processo de alfabetização.

2.1 A educação infantil e as particularidades dessa fase escolar

É primordial esclarecer que os documentos oficiais que tratam da temática da educação infantil defendem a ideia de que “o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem” (BRASIL, 2007, p. 07). Nessa linha de raciocínio, precisam ser descritas as diversas particularidades próprias da educação infantil e os profissionais devem estar a par de todas elas, para que o processo de educação tenha qualidade e apresente bons resultados para todos os envolvidos.

Numa primeira aproximação, Kramer (1988, p. 34) faz as seguintes afirmações: “faz-se necessário considerar que, na educação infantil, a criança é indivíduo social, mas é também um ser que cresce e se modifica”. O marco teórico da psicologia do desenvolvimento – e as inúmeras pesquisas produzidas nesta área – devem, então, ser também consideradas, ao se tratar da educação da criança de 0 a 6 anos. É preciso, ainda, considerar tais contribuições que a psicologia escolar ofereceu, na medida em que conseguiu explicitar as resultantes ou determinantes de diferentes contextos de socialização da criança no seu desenvolvimento e aprendizagem. A contribuição dessa área tem, portanto, que ser levada em conta e aplicada nos cursos de formação dos profissionais da educação infantil.

Já Garms (2008, p. 01) aborda que se faz necessário investir em programas, a despeito da diversidade das formações acadêmicas dos profissionais da educação infantil, “para atender as necessidades das crianças nesse período de formação”. Devem ser levadas em consideração, nesses programas de formação, as experiências profissionais e abordagens metodológicas cientificamente



comprovadas, no que tange aos resultados positivos da educação infantil, visto que a educação, como campo de trabalho, precisa ter uma constante busca da compreensão dos modos de vida próprios das crianças em diferentes culturas, além do interesse em detectar as maneiras de as crianças lidarem com um universo criado por elas próprias, sem, contudo, desconectá-lo do mundo adulto. As crianças e a infância precisam estar no centro das investigações acadêmicas; portanto, empenham-se em conhecer as crianças pelo que é expresso por elas, observando suas ações em contextos diferentes da contemporaneidade e, assim, detectam como aprendem valores e criam estratégias de compreensão do mundo e de formação das suas próprias identidades pessoal e social.

Os autores Ferreira, Santos e Silva (2017, p. 02) contribuíram com a discussão dessa temática ao afirmar que, durante décadas, as instituições de Educação Infantil foram consideradas “um mal necessário, um recurso a recorrer nos casos de extrema necessidade”, ocupando o lugar da “falta de família”. Essa visão se refletiu na cisão de atribuições entre ambos, cabendo à família o cuidado e a socialização e, ao Estado, a educação escolar. Em consequência, surgiram disparidades na área relacionadas a aspectos como objetivos, organização, perfil e formação profissional.

Nesse sentido, por mais que os estudiosos da educação infantil defendam a ideia da criança como um ser de direitos e, dentre esses, está o direito de brincar, sabe-se que o espaço para que isso ocorra nas escolas é sempre mais limitado do que na educação infantil. Entretanto, se a questão legal já está formalizada, resta-nos repensar essa escola e sua forma de organização. Nas palavras de Nascimento (2007, p. 31):

Os desafios que envolvem esse momento são muitos. Para algumas crianças, essa será a primeira experiência escolar, então, precisamos estar preparados para criar espaços de trocas e aprendizagens significativas, onde as crianças possam, nesse primeiro ano, viver a experiência de um ensino rico em afetividade e descobertas. Algumas crianças trazem na sua história a experiência de uma pré-escola e agora terão a oportunidade de viver novas aprendizagens, que não devem se resumir a uma repetição da pré-escola, nem na transferência dos conteúdos e do trabalho pedagógico desenvolvido na primeira série do ensino fundamental de oito anos. As crianças possuem modos próprios de compreender e interagir com o mundo. A nós, professores, cabe favorecer a criação de um ambiente escolar onde a infância possa ser vivida em toda a sua plenitude, um espaço e um tempo de encontro entre os seus próprios espaços e tempos de ser criança dentro e fora da escola (NASCIMENTO, 2007, p. 31).



Como abordou Kramer (2006, p. 811), deve-se considerar que as políticas educacionais voltadas à educação infantil, desde a decisão até a implementação e a avaliação das ações com as suas diversas instâncias, precisam atuar de modo articulado. Outro ponto de destaque é que a inserção da criança de seis anos na escolaridade também representou um ano a menos na educação infantil, que se costuma organizar com outra configuração de tempos e espaços distintos da escola. Quer se queira, ou não, a escolarização impõe outras maneiras de se pensar o ensino e a aprendizagem inscritas na sua própria tradição e, muitas vezes, apresentam-se de forma dogmática e qualquer movimento para repensá-las se constitui num grande desafio. No entanto, para atender a inserção da criança de seis anos na escolaridade, cabe às políticas públicas municipais e estaduais a expansão, com qualidade, das ações de creches, pré-escolas e escolas, com a implantação de propostas curriculares e de formação profissional de professores e outros profissionais da educação.

No que tange à escolaridade dessas crianças de seis anos, é possível alfabetizar letrando, a partir do envolvimento com inúmeros aspectos de variados campos do conhecimento. Como bem enfatiza Borba (2007, p. 34):

[...] podemos identificar hoje um discurso generalizado em torno da “importância do brincar”, presentes não apenas na mídia e na publicidade produzidas para a infância, como também nos programas, propostas e práticas educativas institucionais. [...] Na realidade, tanto a dimensão científica quanto a dimensão cultural e artística deveriam estar contempladas nas nossas práticas junto às crianças, mas para isso é preciso que as rotinas, as grades de horários, a organização dos conteúdos e das atividades abram espaço para que possamos, junto com as crianças, brincar e produzir cultura (BORBA, 2007, p. 34).

Nessa linha de raciocínio, é primordial colocar em prática na educação infantil a construção de um currículo que dê conta de entrelaçar áreas diversas do conhecimento, de forma significativa para as crianças, reconhecendo o seu modo peculiar de estar no mundo e contribuindo para a apropriação de conhecimentos diversos. Essa é a tarefa que temos como educadores e, para isso, precisa-se de condições de trabalho e formação. Conforme Leal *et al.* (2007):

Alfabetizar letrando” é um desafio permanente. Implica refletir sobre as práticas e as concepções por nós adotadas ao iniciarmos nossas crianças e nossos adolescentes no mundo da escrita, analisarmos e recriarmos nossas metodologias de ensino, a fim de garantir, o mais cedo e da forma mais eficaz possível, esse duplo direito: de não apenas ler e registrar autonomamente palavras numa escrita alfabética, mas de poder ler-compreender e produzir



os textos que compartilhamos socialmente como cidadãos (LEAL; ALBUQUERQUE; MORAIS, 2007, p. 81).

De acordo com Corsino (2007, p. 57), precisa-se ter um olhar sensível para as produções infantis, visto que essa atenção permitirá conhecer os interesses das crianças, os conhecimentos que estão sendo apropriados por elas, assim como os elementos culturais do grupo social em que estão imersas. A partir daí, será possível desenvolver um trabalho pedagógico em que a criança esteja em foco. Dessa maneira, é preciso pensar todas essas particularidades que se encontram com as crianças e que precisam ser levadas em conta no processo de formação dos profissionais da educação infantil. Nesse contexto, Borba (2007, p. 44) acrescentou que os professores da educação infantil precisam entender que toda criança possui uma história pessoal e cultural e, assim, o professor precisa estar atento e respeitar as individualidades e características de cada criança. Desse modo, todos esses aspectos e particularidades de cada indivíduo devem fazer parte da formação dos professores de educação infantil.

No próximo tópico deste estudo – objetivo geral –, no qual trataremos da importância da formação de qualidade dos professores da educação infantil, iremos ao encontro dos inúmeros desafios apresentados nessa etapa de ensino, como é o caso da atenção às necessidades de cada aluno. Por isso, os profissionais devem ser preparados, na sua formação acadêmica, para trabalhar com as especificidades desses alunos e atender as suas demandas, com o intuito de obter resultados positivos nos indicadores educacionais do ensino infantil.

2.2 A educação infantil e a importância da formação profissional

O primeiro aspecto a ser discutido sobre a importância da formação profissional na educação infantil, segundo Ferreira, Santos e Silva (2017, p. 03), é a necessidade de pensar a formação de professores na atualidade. Em outras palavras, isso implica repensar as formas de organização dos tempos e espaços dentro do ambiente escolar para realizar uma reflexão sobre as questões educacionais gerais e do cotidiano dentro da sala de aula. A formação individual do professor não



pode ser pensada fora da discussão coletiva dessa profissão, que tem como fundamento a docência. Estar em sala de aula é ser responsável/corresponsável pelo processo de conhecimento e formação das crianças.

Garanhani (2010, p. 196) afirmou que “ser docente na educação infantil é ter sempre uma atitude investigativa da própria prática e, conseqüentemente, fazer a sua elaboração fundamentada por meio de um processo contínuo de formação profissional”. Deve-se ter um compromisso com a profissão escolhida e consciência de que as suas intenções e ações contribuem para a formação humana de crianças com pouca idade. Isso porque, a “formação humana ocorre por meio do acesso aos saberes, conceitos e práticas” (GARANHANI, 2010, p. 196), pelo respeito às condições de aprendizagem e, por fim, pela clareza que os professores da pequena infância precisam ter para divulgar os conhecimentos, visto que são os profissionais responsáveis por proporcionar a conquista da autonomia e da construção de identidades das crianças pequenas do nosso país.

Sobre os processos formativos dos professores, deve-se aliar o valor da experiência como fator primordial para o seu crescimento profissional, juntamente com programas de qualificação específicos para atender as necessidades dos alunos da educação infantil, visto que, pela experiência profissional, torna-se possível avaliar, rever, criar e recriar, ano após ano, os encaminhamentos metodológicos, a partir dos avanços e das dificuldades que as crianças apresentam. Nesse sentido, Corsino ensina que:

O olhar sensível para as produções infantis permitirá conhecer os interesses das crianças, os conhecimentos que estão sendo apropriados por elas, assim como os elementos culturais do grupo social em que estão imersas. A partir daí será possível desenvolver um trabalho pedagógico em que a criança esteja em foco (CORSINO, 2007, p. 57).

A formação profissional dos professores da educação infantil é importante para aprimorar os horizontes e as possibilidades existentes no processo de ensino das crianças. Nesse contexto, o professor deve proporcionar um ambiente com várias opções de atividades, como música, teatro, histórias, brincadeiras, dinâmicas, movimentos corporais, dentre outras atividades, para que possa incentivar e explorar o desenvolvimento da criança. Isso acontece, pois:

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador cabe trabalhar com conteúdo de



naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41).

É importante para os profissionais da educação infantil a busca continuada por novos conhecimentos, revendo e atualizando as suas práticas pedagógicas, trocando experiências com outros profissionais, além de estar abertos ao diálogo, tanto com as famílias quanto com a comunidade (BRASIL, 1998, p. 67). Assim como desenvolver atividades diversificadas para que as crianças possam interagir e socializar entre si, cabe à instituição educar, cuidar e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus alunos, incluindo a alimentação. Os profissionais devem estar atentos à questão do cuidar dentro das instituições infantis, uma vez que as crianças permanecem mais tempo por lá do que em casa, com a família. Nesse sentido, é imprescindível que os profissionais tenham um olhar voltado para as necessidades das crianças, interessando-se pelos sentimentos e valorizando os seus pensamentos. Enfim, eles devem se comprometer com o outro, ter atenção, ser solidário, estabelecer uma relação de amizade, mostrar competência no que executam, criar, manter e fortalecer os vínculos entre quem cuida e quem é cuidado.

De acordo com Pereira (2011, p. 91), o trabalho com as crianças necessita de profissionais que tenham, além da formação específica, o desejo de trabalhar com essa faixa etária. Não basta ser profissional da área para trabalhar com os alunos. É preciso, também, ter um olhar aguçado, capaz de perceber as possibilidades de educar, articuladas aos cuidados físicos que tomam quase todo o tempo em que as crianças estão no ambiente escolar. Conhecer melhor as crianças e discutir situações cotidianas do trabalho com elas, tendo por base a fundamentação teórica, torna a formação continuada dos professores da educação infantil um verdadeiro espaço para a construção do conhecimento.

Outro ponto fundamental a ser discutido sobre a importância da formação dos professores da educação infantil é a atenção às necessidades dos alunos que possuem alguma deficiência. Como mostrou Brasil (2006, p. 12), existe um novo panorama educacional, no qual é necessário que se tenha formação docente para inclusão. Esse panorama se constitui num dos maiores desafios para a



construção de sistemas educacionais inclusivos, meio mais eficaz de combate à exclusão educacional e promoção da inclusão social de todos os alunos com necessidades educacionais especiais. Por essa formação de professores, é possível preparar profissionais que respondam satisfatoriamente à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem de seus estudantes.

Brasil (2006) e Teles e Mendonça (2007) mostram a necessidade dessa formação profissional dos professores da educação infantil, visto que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na educação infantil promoveu uma diversidade de necessidades a ser atendida. Dessa forma, os professores precisam estar habilitados para atender crianças que possuem deficiências e dificuldades de aprendizagem. Dentre as várias deficiências que podem fazer com que os alunos da educação infantil tenham necessidades educacionais especiais, estão as deficiências visual, auditiva, intelectual, física e múltipla.

Como complementaram Menezes e Santos (2001, p. 01), nessa perspectiva, a atual Política Nacional de Educação Especial define como aluno que possui necessidades especiais, aquele que apresenta necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade e requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Assim, os professores da educação infantil precisam estar habilitados a atender às diversas necessidades educacionais das crianças com deficiência em sala de aula.

Melo e Pereira (2013, p. 94) afirmam que a formação dos professores da educação infantil deve ser pautada na educação inclusiva, com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas para atender os alunos nas suas especificidades na educação infantil e como um meio de assegurar aos discentes com algum tipo de deficiência os mesmos direitos dos demais, com participação plena na sociedade. Para tanto, faz-se necessário o esforço conjunto de toda comunidade escolar – professores, funcionários, pais e profissionais de outras áreas – para que esse processo seja efetivado com sucesso e os resultados sejam positivos para a educação infantil.

Teodoro (2013, p. 13) complementou que a formação dos profissionais deverá ser feita por instituições de ensino superior (Universidades, Faculdades, Institutos, entre outras), havendo a possibilidade de capacitação em serviço. Tais exigências têm o objetivo de elevar o nível da educação no Brasil e estimular o aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos nessa área.



Observa-se que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), aborda a necessidade de inúmeras adaptações por parte das instituições de educação; algumas na estrutura física, outras no instrumental didático, dependendo da situação do aluno incluído, além de mudanças no processo de formação profissional (BRASIL, 2015).

Garanhani (2010, p. 15) afirma que a formação profissional dos professores da educação infantil deve proporcionar espaço para a troca de experiências entre os participantes, inclusive a interação aluno/professor e, também, alunos e demais profissionais da equipe que desenvolvem as atividades no ambiente escolar da educação infantil.

De acordo com Ferreira, Santos e Silva (2017, p. 08), uma adequada formação profissional dos professores da educação infantil deve proporcionar o alívio das possíveis tensões decorrentes das pressões sofridas no exercício dessa etapa de ensino, como, por exemplo, a dos pais dos alunos, do ambiente educacional e entre os profissionais. Assim, é possível contorná-las com base em conhecimentos e experiências científicas.

Segundo Teles e Mendonça (2007, p. 17), a formação profissional dos professores da educação infantil deve evidenciar a importância das relações afetivas nessa fase da infância, visando o desenvolvimento social das crianças. Essas relações devem ser estimuladas para que os alunos da educação infantil se tornem adultos emocionalmente equilibrados e saudáveis.

Kramer (2007, p. 814) afirma que a importância da qualificação dos professores da educação infantil é muito relevante, visto que os docentes podem colaborar para a formação de pais e educadores mais conscientes das suas atitudes educativas. Cabe aos docentes proporcionar o equilíbrio e o diálogo entre a comunidade escolar e os pais e familiares das crianças, com o objetivo de estabelecer relações comprometidas com a aprendizagem de todos os alunos.

Ferreira, Santos e Silva (2017, p. 04) corroboram essa discussão ao afirmarem que a boa formação dos professores contribui para a construção de uma sociedade composta por pessoas emocionalmente mais equilibradas. Assim, faz-se pertinente o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação infantil para o atendimento das especificidades das escolas e



dos seus alunos, considerando-se as condições concretas das crianças que frequentam o ambiente escolar.

Oliveira (2010, p. 08) contribuiu com a discussão sobre a formação dos professores da educação infantil e afirmou que é importante para esses profissionais uma formação capaz de criar contextos que permitam às crianças expressar os seus sentimentos, as ideias e os questionamentos, e que esses professores estejam comprometidos com a busca pelo bem-estar coletivo e individual e com a preocupação com o outro. Em outras palavras, os professores da educação infantil devem trabalhar para formar cidadãos conscientes da necessidade de atuar ativamente na coletividade para construir uma sociedade mais justa, na qual todos tenham qualidade de vida.

Conforme Santos (2013, p. 340), para se alcançar uma formação profissional eficiente dos professores da educação infantil, é preciso lançar o olhar para a busca da valorização do sujeito-criança, com vistas na sua formação e desenvolvimento integral, reconhecendo e legitimando esses sujeitos como produtores de conhecimento, de cultura, de educação, dentre outros fatores, bem como para atender as necessidades deles e contribuir para que sejam cidadãos conscientes e participativos.

3 MATERIAL E MÉTODO

Conforme salientado na introdução, pretende-se analisar as informações obtidas pela pesquisa sobre a importância da formação dos professores da educação infantil, realizada para permitir o aprofundamento teórico que norteia este estudo, a fim de responder ao questionamento: como deve ser a formação profissional dos professores da educação infantil? Quanto ao procedimento utilizado, optou-se pela revisão da literatura que, segundo Gil (2008, p.31), é aquela desenvolvida com base em material já elaborado por outros estudiosos do tema em questão, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos.

A pesquisa foi realizada em bases de dados de cunho científico-acadêmico, em *sites* como o Google Acadêmico e o Scielo, bem como em fontes impressas, como livros de referência, que



abordam a formação profissional dos professores da educação infantil, que serviram como bibliografia de apoio para o desenvolvimento dessa temática.

As buscas foram realizadas pelos seguintes descritores: educação infantil, formação profissional, professores, rendimento escolar e atenção escolar, de modo isolado e, também, com a combinação desses termos. O período da pesquisa foi de fevereiro a junho de 2020; os critérios de inclusão foram materiais que abordassem o tema e os de exclusão, os materiais que não tratavam diretamente dos temas da pesquisa.

Dentre a principal vantagem de realizar esse tipo de pesquisa, está o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Quanto à finalidade, tem-se a pesquisa básica, cujo objetivo é gerar conhecimento útil para a ciência e tecnologia sem, necessariamente, haver aplicação prática ou para obtenção de lucro. No que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, para proporcionar maior familiaridade com o problema, ou seja, tem-se como intuito explicitá-lo. Quanto aos procedimentos, a pesquisa bibliográfica realiza a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Quanto à natureza, trata-se de pesquisa qualitativa, com apresentação de resultados expressos de forma não estatística, ou seja, identifica e analisa informações não mensuráveis (GIL, 2008, p. 33).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste tópico do trabalho, são apontados os dados e discutido o seu conteúdo. Assim, os assuntos que foram abordados no desenvolvimento do estudo são debatidos, realizando-se uma análise comparativa entre os autores citados. Em outras palavras, abordam-se as considerações e ideias sobre a importância da formação profissional dos professores da educação infantil corroboradas pelos estudiosos dessa temática.

Segundo Ferreira, Santos e Silva (2017, p. 02), vale analisar o fato de que foi a partir de mudanças sociais significativas que influenciaram reformas no sistema educacional, que surgiu a



preocupação com a organização e o funcionamento dos espaços que podem fazer parte de uma instituição de Educação Infantil. Além disso, embora as estatísticas demonstrem a precariedade da formação profissional nesse nível de ensino, as atuais propostas de formação de professores da Educação Infantil estão voltadas para um perfil profissional oposto àquele sem qualificação, para atender às funções indissociáveis de cuidado e educação no atendimento à criança. Esse é um dado muito positivo, visto que a capacitação profissional dos professores da educação infantil tem recebido mais atenção por parte dos governantes.

Os autores Brasil (2007), Garms (2008), Garanhani (2010) e Santos (2013) afirmam que é pertinente abordar a formação profissional dos professores da educação infantil, pois essa possui muitas particularidades e, durante a formação acadêmica desses profissionais, é crucial estudar cada uma delas, para que ao ingressarem no ambiente de trabalho, eles atuem de modo científico com as crianças. O professor da Educação Infantil deve compreender que a vulnerabilidade e a dependência infantil, próprias dessa fase do desenvolvimento, exigem dele, dos demais profissionais e dos responsáveis pela criança, atitudes de cuidado no educar.

Segundo Brasil (2007), Garms (2008), Garanhani (2010), Pereira (2011) e Santos (2013), o papel da ciência é cada vez mais relevante na vida cotidiana. Esse fato acentua a necessidade de proporcionar às crianças, desde a educação infantil, uma formação científica que leve em consideração tanto as suas necessidades e possibilidades de desenvolvimento cognitivo, quanto as perspectivas de evolução do conhecimento científico. Para que a educação infantil esteja pautada nos preceitos das ciências acadêmicas, é preciso que os professores também tenham uma formação profissional guiada pelo conhecimento científico.

Para que se tenha uma formação profissional de qualidade, Menezes e Santos (2001), Duk (2006), Leal, Albuquerque e Moraes, (2007), Teles e Mendonça (2007), Oliveira (2010), Garanhani (2010), Teodoro (2013) e Santos (2013) declaram ser primordiais para efetivar essa formação profissional, além do empenho pessoal, a execução de políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho, valorização salarial, ingresso por Concurso Público, formação inicial mínima em Ensino Médio (Magistério) e formação continuada em serviço.

Menezes e Santos (2001), Kramer (2006), Borba (2007), Corsino (2007), Teles e Mendonça (2007), Garms (2008), Garanhani (2010), Oliveira (2010) e Ferreira, Santos e Silva (2017) afirmam,



ainda, que outro fator importante para se ter outra forma de trabalho com as crianças, é a necessidade de colocar em prática uma política de formação específica para os profissionais da educação infantil nos cursos de Pedagogia, com uma explicitação clara das atribuições dos professores, particularmente em relação àquelas crianças dessa etapa de ensino.

Como afirmam Menezes e Santos (2001), Brasil (2006), Duk (2006), Teles e Mendonça (2007) e Teodoro (2013), hoje, a formação profissional dos professores da educação infantil tem que ser capaz de atender aos alunos com necessidades educacionais especiais. Desse modo, é preciso que os cursos de formação proporcionem esse conhecimento, para atender aos discente com necessidades especiais que, diante dos princípios e diretrizes educacionais voltados para a inclusão escolar, estão nas salas de aula junto com as demais crianças da mesma faixa etária.

Como abordaram Menezes e Santos (2001), Duk (2006), Leal, Albuquerque e Morais (2007), Oliveira (2010), Teodoro (2013) e Santos (2013), as instituições de ensino devem estar preparadas para promover a formação de qualidade dos professores que atuam na educação infantil, a fim de atender às necessidades dos alunos que precisam de mais atenção no ambiente escolar, como é o caso daqueles com necessidades educacionais especiais, criando as condições essenciais para a efetivação da inclusão social e a formação de cidadãos conscientes e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a questão norteadora da pesquisa foi devidamente respondida ao longo do desenvolvimento deste trabalho, os seus objetivos foram alcançados.

A discussão sobre a formação dos profissionais da educação infantil precisa estar sempre acompanhada de outras tantas reflexões atuais. Dessa maneira, ao atuar nas salas de aula, os profissionais precisam entender o cotidiano do ambiente escolar, além de outras tantas relações que exigem maior explicitação e debates coletivos, para que a docência possa ser compreendida na sua integralidade.

Faz-se necessário que o profissional da educação infantil tenha uma formação profissional adequada para lidar com a infância, que possui diversas particularidades. Diante disso, a formação e a qualificação devem ser muito abrangentes para o atendimento integral das necessidades dos alunos.



Como foi apresentado no decorrer do estudo, trabalha-se também com processos de alfabetização, questões jurídicas, demandas sociais, políticas educacionais e outros fatores e, portanto, todos esses aspectos devem ser considerados no processo de formação dos profissionais da educação infantil.

Este estudo requer maior aprofundamento e continuidade, com o desenvolvimento de pesquisa de campo que envolva os professores da educação infantil com questões relacionadas à sua prática pedagógica, recursos pedagógicos, ambiente de trabalho e formação, abordando as principais dificuldades enfrentadas na sua área de atuação e no relacionamento profissional com a temática, dentre outros fatores.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Referencial curricular para a educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CORSINO, Patrícia. As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento. *In*: BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 57-68

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura - MEC, 2006.

FERREIRA, Aline da Silva; SANTOS, Meiriane Ferreira Bezerra; SILVA Surama Angélica. A educação infantil no âmbito das políticas públicas: avanços e desafios na rede municipal. *In*: 10º Encontro Internacional de Formação de Professores – ENFOPE; 11º Fórum Permanente de Inovação Educacional – FOPIE, 2017, Sergipe. **Anais [...]**. Sergipe: Universidade Tiradentes - Campus Farolândia Aracaju-Sergipe, 2017. 11 p. Tema: Educação, Base Nacional Curricular e Formação de Professor.

GARANHANI, Marynelma Camargo. Educação Física. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2010. p. 01-20.

GARMS, Gilza Maria Zauhy. Infância (In)Visível. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 15, n. 16, jan./dez. 2008. p. 209-213.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. *In*: BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 13-23.



KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006. p. 797- 818.

KRAMER, Sônia. Criança e legislação - a educação de 0 a 6 anos. **Em Aberto**, Brasília, a. 7, n. 38, abr./jun. 1988. p. 33-37.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia; MORAIS, Artur Gomes. Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica. *In*: BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 69-83

MENEZES, Ebenezer Takuno; SANTOS, Thais Helena. **Verbetes aluno com necessidades especiais**: Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro. **A infância na escola e na vida: uma relação fundamental**. *In*: BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 25-32.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? *In*: I Seminário Nacional: Currículo Em Movimento – Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. 14 p. Tema: Currículos da Educação Infantil.

PEREIRA, Arlete de Costa (Org.). **O educador no cotidiano das crianças**: organizador e problematizador. Brasília: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2011.

SANTOS, Solange Estanislau. Educar na Infância: perspectivas histórico-sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, jun. 2013. p. 337-341

TELES, Jorge Luiz; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Orgs). **Educação na diversidade**: experiências de formação continuada de professores. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 anos e a vida pré-escolar**. Uberlândia: Ebooksbrasil, 2017.